

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Ricardo Eusébio Valentini

**“O regime não acabará. Há o sucessor constitucional”: A luta pela manutenção do jogo político na crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros nos Anais da Câmara dos Deputados do dia 25 de agosto ao dia 07 de setembro de 1961.**

Porto Alegre  
2012

Ricardo Eusébio Valentini

**“O regime não acabará. Há o sucessor constitucional”: A luta pela manutenção do jogo político na crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros nos Anais da Câmara dos Deputados do dia 25 de agosto ao dia 07 de setembro de 1961.**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de Licenciatura em História ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre

2012

Ricardo Eusébio Valentini

**“O regime não acabará. Há o sucessor constitucional”: A luta pela manutenção do jogo político na crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros nos Anais da Câmara dos Deputados do dia 25 de agosto ao dia 07 de setembro de 1961.**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História.

---

Luiz Alberto Grijó – (Orientador) – UFRGS

---

Carla Brandalise – UFRGS

---

Fágner dos Santos - FAI

Porto Alegre, 17 de dezembro de 2012.

## **AGRADECIMENTOS**

Há muitas pessoas à quem devo gratidão por terem me acompanhado, não apenas na construção do presente trabalho, mas também durante toda a graduação. Agradeço aos meus pais, Delmir José Valentini e Idianara de Castro Valentini pelo apoio, aos meus irmãos Gustavo Eurico Valentini, e especialmente para Naiara Letícia Valentini, por ter a paciência de ajudar na revisão da monografia.

Agradeço meus amigos, especialmente Arthuro Grechi de Carlo, André Porto e Guilherme Kichel, que me acompanharam durante o curso, pelas discussões, estudos e momentos de descontração. E também a colega Nicoll Siqueira pela disposição em ajudar sempre que precisei.

À minha namorada Rebeca Starosky Bianchi, pela paciência ao me acompanhar nos fins de semana de estudo durante o período de realização da presente monografia.

Por fim, agradeço ao professor Dr. Luiz Alberto Grijó pelo auxílio, orientação e por acreditar na possibilidade da confecção deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho apresenta a luta pela manutenção do jogo político na crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros nos Anais da Câmara dos Deputados do dia 25 de agosto ao dia 07 de setembro de 1961, de forma que a situação colocava parlamentares que eram adversários políticos de longa data no mesmo lado. De tal maneira que defender a manutenção das regras do jogo político vigente, ao menos em parte, tornava-se possível devido à ação do Legislativo, e dos movimentos de resistência contra a corrente golpista. Portanto, a Câmara encontrava-se, no referido período diante da possibilidade de ter os interesses que defendia cerceados pelo Veto dos Ministros Militares à posse de João Goulart. Para não perder os benefícios de participar do jogo, conforme a adesão fundamental que o mesmo exige, os Deputados Federais agiram no sentido de sua manutenção durante a crise instaurada a partir da renúncia de Jânio Quadros, devido ao perigo que a possibilidade de um golpe de estado cria ao romper com as instituições previamente estabelecidas, podendo, dessa forma, eliminar as regras e ameaçar os privilégios que os iniciados têm enquanto profissionais.

Palavras chave: Crise de 1961. Jânio Quadros. Câmara dos Deputados. Golpe de Estado. Jogo político.

## **ABSTRACT**

This paper presents the struggle to maintain the political game in the crisis caused by the resignation of Jânio Quadros in the Proceedings of the House of Representatives from August 25th to September 7th, 1961, so that the situation posed parliamentarians who were political opponents at the same side. The defense of the maintenance of political game rules in force became possible, at least in part, due to the action of the Legislature and to the resistance movements against the current coup. Therefore, the House was, in that period, before the possibility of having to defend the interests flanked by the Military Ministers veto's of the João Goulart inauguration. To avoid losing the benefits of participating in the game, as the fundamental accession that it requires, the Representatives acted towards their maintenance during the crisis brought from Quadros's resignation because of the danger that the possibility of a coup creates a break with the previously established institutions, and thus eliminating the rules and threaten the privileges that they had as professionals politicians.

**Key Words:** Crisis of 1961. Jânio Quadros. House of Representatives. Coup d'état. Political Game.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>1 "(...) PARA QUE SE MANTENHA A LEGALIDADE NESTE PAÍS, PARA QUE SE MANTENHA A ORDEM E PARA QUE NÃO VENHA O GOLPE CONTRA ESTA NAÇÃO(...)"</b> .....	13
1.1. CAMPO DE EXPERIÊNCIAS DA POLÍTICA PARTIDÁRIA PÓS-1945 .....	13
1.2. ALÉM DO PARTIDO, AS FRENTES PARLAMENTARES.....	17
1.3. CRISES DO PERÍODO DEMOCRÁTICO E OS MILITARES.....	19
<b>2 "CONGRATULO-ME COM A NAÇÃO. O SENHOR JÂNIO QUADROS FEZ O QUE DEVIA FAZER"</b> .....	22
2.1. JÂNIO NO PODER.....	22
2.2. O GOVERNADOR DA GUANABARA.....	24
2.3. VETO MILITAR.....	27
<b>3 "(...)VAMOS IMEDIATAMENTE ADOPTAR O REGIME PARLAMENTARISTA, COM O OBJETIVO DE EVITAR QUE A AVENTURA TOME CONTA DESTA NAÇÃO(...)"</b> .....	31
3.1 RESISTÊNCIA E SOLUÇÃO.....	31
3.2 A LUTA PARA A MANUTENÇÃO DO JOGO POLÍTICO.....	33
3.3 A PRESERVAÇÃO E A SOLUÇÃO PARLAMENTARISTA.....	37
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	41
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	44

## INTRODUÇÃO

No dia 25 de agosto de 1961, o deputado Dirceu Cardoso do Partido Social Democrático (PSD) pediu a palavra para ler um documento que, segundo ele “(...) vai deixar perplexa a câmara e a nação”. Era a carta de renúncia de Jânio Quadros, cuja leitura foi sucedida pela manifestação de alguns parlamentares que fizeram afirmações que demonstram o que estava acontecendo até o desfecho. Citamos aqui três trechos colocados pelos Deputados, com alguns comentários, segue o primeiro deles: *SR. Mendes Gonçalves: Vamos imediatamente adotar o regime parlamentarista, com o objetivo de evitar que a aventura tome conta deste país*<sup>1</sup>.

O Deputado Mendes Gonçalves (PSD) exprimiu um dos principais argumentos dos favoráveis ao regime parlamentar, que dizia respeito às inconstâncias que permearam o período democrático; segundo ele, a concentração do poder Executivo em um indivíduo colocava o país a mercê dos caprichos pessoais dos presidentes e cada crise política que se originava com a renúncia de alguém, como foi o caso de 1961, poderia levantar a sombra golpista, a qual espreitou o cenário político do país durante quase todo o período da experiência democrática pré-1964. Então, dessa forma, o sistema parlamentarista seria um seguro da democracia brasileira.

O segundo Deputado é Último de Carvalho (PSD) o qual afirmava que: *Congratulome com a nação. O senhor Jânio Quadros fez o que devia fazer*<sup>2</sup>. Expressa assim o descontentamento que Jânio Quadros disseminou com sua forma de governo. Não significa que não houvesse apoiadores, contudo algumas atitudes do presidente descontentaram parte da classe política brasileira. Em conjunto com isso, entrava a questão do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, que denunciou uma possibilidade de golpe a qual estivera vinculado. O terceiro Deputado, Osmar Cunha (PSD), embora tenha sido o primeiro a se

---

<sup>1</sup> A aplicação do regime parlamentarista no Brasil estava em discussão logo após o início da democratização pós-Estado Novo, e um dos principais pilares de tal forma de organização política era Raul Pilla do PL.

<sup>2</sup> CONGRESSO NACIONAL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Vol XIX 1961p. 473



manifestar, o posiciono após os anteriores pois, trazia em si o aspecto do medo na sombra que se alastrava sobre a política em crise, o golpe: “SR. Osmar Cunha – Que assuma Ranieri Mazzili imediatamente o governo, de acordo com a Constituição da República, para que se mantenha a legalidade neste país, para que se mantenha a ordem e para que não venha o golpe contra esta nação. Vamos levar ao palácio, Ranieri Mazzili para que assuma na forma da constituição da república o Governo do Brasil.”<sup>3</sup>

Essas três primeiras falas de deputados, que foram pronunciadas logo após a leitura do documento em que Jânio renunciava, explicitam a forma que o momento político brasileiro tomava; a desconfiança em relação a Jânio Quadros; as discussões ocorridas dentro do sistema político, ou seja, a defesa, por alguns da utilização da emenda parlamentarista, e a possibilidade de golpe que assolava a classe política. Então, foi em meio a esse contexto que se encontravam os deputados que estariam, nos dias subsequentes à renúncia de Jânio e à posse de Jango, discutindo algumas vezes, apenas acompanhando em outras o destino político do Brasil.

Para Jorge Ferreira, as crises do período republicano mostram uma sociedade que se encontrava em processo de organização e mobilização crescente onde há grupos políticos e sociais interessados em manter as regras democráticas<sup>4</sup>. Segundo Argelina Cheibub Figueiredo, o Congresso manteve o compromisso com as regras constitucionais vigentes para evitar a tentativa de golpe. Portanto a alternativa do regime parlamentarista foi a tentativa de manter a autonomia do Legislativo, recusando a submissão à ameaça militar. Para os partidos conservadores, a mudança no regime, mantendo a Constituição, significava não só a segurança do sistema eleitoral como também reduzia os riscos de implementação de políticas contrárias a seus interesses. A causa da manutenção dos poderes presidencialistas na figura de João Goulart foi defendida por uma minoria, principalmente pertencente ao PTB, que denunciava o “golpe branco”<sup>5</sup>.

Após analisar a crise que culminou no Golpe de 1964, Figueiredo faz uma consideração sobre a visão instrumental de democracia que tanto a direita quanto a esquerda

---

<sup>3</sup> COGRESSO NACIONAL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Vol XIX 1961p. 473

<sup>4</sup> FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>5</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? : alternativas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

possuíam, o que impediu que combinassem reforma e democracia em 1964. Para a crise de 1961 pode-se colocar de forma parecida, pois como já mencionado anteriormente, para a direita a mudança do regime presidencialista para o parlamentarista mantinha a estrutura eleitoral e impedia as reformas.<sup>6</sup>

A ala mais radical do partido trabalhista brasileiro (PTB) defendia o presidencialismo, para que existissem ao horizonte possibilidades de reformas. Enfim, no ano de 1961, tanto a esquerda quanto a direita, queriam, ou apenas não viam como uma ameaça continuar com João Goulart no poder. Então ambos os lados, no Parlamento, possuíam um discurso que defendia a manutenção da legalidade, pois, devido ao veto dos ministros militares à posse de João Goulart, os interesses políticos dos parlamentares convergiram em um ponto, por um curto período de tempo: era necessária a garantia da posse de João Goulart para a manutenção do regime democrático, pois no momento era o que lhes interessava.

Enquanto a resistência ao provável golpe se articulava de diversas maneiras, as decisões, que seriam aplicadas após o isolamento e a derrocada dos ministros militares e mudariam os rumos da política no Brasil pelo menos até 1963, ano em que um plebiscito pôs fim ao regime parlamentarista, foram tomadas no Congresso Nacional. Diante do que foi exposto, pergunta-se: de que forma e por que razões os Deputados Federais agiram no sentido da manutenção do jogo político diante da crise instaurada a partir da renúncia de Jânio Quadros?

As fontes para a realização da pesquisa são os Anais da Câmara dos Deputados que possuem fácil acesso, visto que estão disponibilizadas na internet pelo portal de publicações da Câmara dos Deputados. O recorte temporal utilizado vai do dia 25/08/1961 ao dia 7/09/1961. As datas foram escolhidas porque foram quando, respectivamente, aconteceu o comunicado da renúncia do presidente Jânio Quadros e a posse do Vice-presidente João Goulart com a vigência do regime parlamentarista. Não que a posse de Jango tenha acabado com a crise, mas penso que teria que ampliar até no mínimo 1964 o recorte temporal o que tornaria impraticável a realização deste trabalho em um TCC.

O Congresso Nacional brasileiro é formado por duas câmaras, o Senado e a Câmara dos Deputados. Pretendo utilizar apenas os anais da última, pois a quantidade de material das sessões dos dias com os quais trabalhei somam aproximadamente 500 páginas, além de não ter conseguido acesso aos anais do Senado Federal referentes às datas que do trabalho, mesmo após diversas tentativas. No portal de publicações do Senado encontram-se os arquivos

---

<sup>6</sup> FIGUEIREDO., op.cit. p. 41

referentes até o dia 24 de agosto de 1961, e mesmo após contatos por e-mails e telefone não foi possível conseguir tais arquivos.

Para que se consiga analisar as fontes pretendo utilizar as teorias de Pierre Bourdieu na conjuntura que se refere às disputas que ocorreram em uma das casas do Congresso Nacional em agosto e setembro de 1961 na crise política que mobilizou diversos setores da sociedade. O objeto a ser analisado é luta pela manutenção das regras do jogo político<sup>7</sup> na Câmara dos Deputados. Segundo Bourdieu:

Nada há que seja exigido do modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo, *ilusio, involvement, commitment*, investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição de funcionamento do jogo: todos os que têm o *privilégio* de investir no jogo (em vez de serem reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo) para não correrem o risco de se verem excluídos do simples *prazer* de jogar quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam um contrato tácito que está implicado no fato de participar do jogo, de o reconhecer como *valendo a pena* ser jogado, e que os une a todos os outros participantes em uma espécie de conluio originário bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos.<sup>8</sup>

Enfim, para a compreensão do comportamento dos deputados federais em relação à luta pela manutenção do jogo político. É necessário notar, a partir do momento em que existe a percepção da ameaça as regras do jogo político, os parlamentares os quais anteriormente eram adversários políticos passam a defender a mesma solução. Dessa forma, indicam a solidariedade, colocada por Bourdieu, existente entre os iniciados no jogo, os quais estão conectados entre si por uma adesão fundamental necessária com o objetivo de assegurar a defesa de seus interesses:

Esta solidariedade de todos os iniciados, ligados entre si pela mesma adesão fundamental aos jogos e às coisas que estão em jogo, pelo mesmo respeito (*obsequium*) do próprio jogo e das leis não escritas que o definem, pelo mesmo investimento fundamental no jogo de que eles têm o monopólio e que precisam perpetuar para assegurarem a rentabilidade dos seus investimentos, não se manifesta nunca de modo tão claro como quanto o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal.<sup>9</sup>

Portanto, as três primeiras falas de Deputados que ocorreram logo após a leitura da carta de renúncia de Jânio Quadros mostram o comportamento dos parlamentares frente a situação. Haviam diversos agravantes que tornando a renúncia do Presidente uma ameaça ao jogo político, dentre eles a ameaça de golpes que ocorrera durante o período de experiência democrática pós Estado Novo.

<sup>7</sup> Trato aqui como jogo político as regras de funcionamento do parlamento a partir da Constituição de 1946, assim como as dinâmicas vigentes na política da época.

<sup>8</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001, c1989. p.173

<sup>9</sup> Ibid. p. 173

Dentro da teoria do campo político Bourdieu coloca que “entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”<sup>10</sup>. A produção de ideias que ocorre sobre o mundo social encontra-se subordinada a mobilização do maior número, que é a lógica da conquista do poder, tais ideias políticas são as legitimadoras da luta no *campo político*, sendo determinadas pela necessidade de legitimação externa, e por pressões internas do campo. No contexto da crise política de agosto de 1961 foram difundidas ideias políticas sobre vários aspectos do presente momento, sendo veiculadas a partir de responsáveis políticos, passam a ser *ideias-força*: “Basta as idéias serem professadas por responsáveis políticos, para se tornarem idéias-força capazes de se imporem à crença ou mesmo em palavras de ordem capazes de mobilizar ou desmobilizar”. Tais ideias políticas vão no sentido de apontar a existência da possibilidade da ocorrência de um golpe de estado que poderia ameaçar a continuidade do sistema democrático e que leva diversos setores da sociedade a mobilização<sup>11</sup>.

Para entender o processo em que se encontram imersos os parlamentares que serão estudados. Tendo em vista o não conhecimento deles de que apenas três anos após o esforço para evitar um golpe, em 1964, tal acontecimento se concretizaria. Para compreender a situação dos deputados no período a ser estudado, é necessário trabalhar com as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, para Reinhart Koselleck:

A experiência é o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso a experiência transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido a história é desde sempre concebida como conhecimentos de experiências alheias.<sup>12</sup>

Enquanto a expectativa está ligada ao interpessoal e a pessoa, realizando-se no hoje, que se volta para o que ainda não foi experimentado, mas pode ser previsto. No entanto uma expectativa não pode ser deduzida inteiramente a partir da experiência, pois, ela é algo passado, uma vez feita está completa, já a expectativa, antecipada como se fosse uma

---

<sup>10</sup> Ibid. p. 163

<sup>11</sup> BOURDIEU; op. cit. 173

<sup>12</sup> KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro; Contraponto, 2006. p. 309

experiência futura, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais. Segundo Koselleck:

(...) Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa.<sup>13</sup>

Então, a expectativa e a experiência não são conceitos complementares que ajustam o passado e o futuro. Pois a expectativa não pode ser deduzida totalmente da experiência. A experiência depois de uma vez feita, já aconteceu, pois suas causas são passadas. Por fim, tais categorias auxiliam na percepção da conjuntura que se encontravam os parlamentares. Tanto a experiência quanto o horizonte de possibilidades, por mais que sejam a partir de características pessoais, também apresentam características interpessoais. Portanto, as categorias em relação aos Deputados, por serem profissionais e iniciados nas regras do jogo político, apresentam pontos em comum, os quais foram trabalhados no decorrer do trabalho.

Os Anais da Câmara dos Deputados encontram-se disponíveis na internet, e contém aproximadamente, no recorte temporal deste estudo, cem páginas por dia. Esse número pode variar devido ao número de sessões que ocorreram em determinada data. Nesses documentos encontram-se presentes os registros de discursos, comentários, diálogos e leituras que foram realizadas na Câmara dos Deputados. Então, com o objetivo de realizar a análise proposta creio que seja necessário o aprofundamento da bibliografia, e um minucioso estudo das fontes. A leitura de diferentes autores da vasta bibliografia que há sobre o tema, e um estudo minucioso dos anais da Câmara dos Deputados, dão metodologicamente, a possibilidade de aproximar-me ao máximo de uma hipótese satisfatória para o problema apresentado anteriormente.

O estudo foi dividido em módulos para dar conta do problema de pesquisa, dessa forma, acredito que é necessário elencar três capítulos principais, que posteriormente serão divididos em subcapítulos para melhor possibilidade de compreensão da pesquisa. Os dois primeiros capítulos, tratam o assunto de forma mais geral, contudo, e de possuem características que auxiliam na resolução do problema.

O primeiro capítulo, *“para que se mantenha a lealdade nesse país, para que se mantenha a ordem e para que não venha o golpe contra essa nação”* caracteriza a dinâmica que é vigente na política do período estudado. Um dos objetivos desse capítulo aborda os

---

<sup>13</sup> KOSELLECK, op. cit. 310

partidos políticos e suas posições, tratando de demonstrar o que cada um defende, além de, a quem cada um representa. Outros aspectos da política do período estão presentes neste capítulo, como a possibilidade de golpes que ocorrem durante todo o andamento do regime, pautando o papel dos militares na política, tanto de um lado, quanto de outro. Por fim, o primeiro capítulo trata das manifestações de deputados na Câmara, que ocorreram no período do recorte temporal do presente trabalho (25 de agosto a 7 de setembro), que fazem referência a possibilidade da execução de um golpe.

No segundo capítulo, “Congratulo-me com a nação. O senhor Jânio Quadros fez o que devia fazer” foi abordada a eleição de 1960, e o governo Jânio Quadros. Primeiro, as eleições de 1960 apresentaram algumas características peculiares em relação às anteriores, mostrando as coligações que ocorreram, quem saiu vitorioso, e a forma como se deram as campanhas, além das análises correntes sobre o governo que tomou as decisões que desencadearam a crise de agosto de 1961. Além de trabalhar com as ações dos Deputados que parecem salientar-se durante os dias da crise. A fala do Deputado último de Carvalho, é utilizada como título, devido, como já referenciada anteriormente, conturbada forma de política que Jânio Quadros exercia, e analisar dentro do recorte temporal, como e por qual lado era referenciado, na Câmara dos deputados, o presidente que renunciou.

No último capítulo, “Vamos imediatamente adotar o regime parlamentarista, com o objetivo de evitar que a aventura tome conta deste país”, foi trabalhado como cada partido se comportou diante da alternativa apresentada além da análise da forma como a solução para a crise, o sistema parlamentarista, foi encarado na Câmara dos Deputados, mapeando assim a origem da possibilidade do parlamentarismo, e por que ele aparece como alternativa no momento de crise trabalhado.

# 1 "PARA QUE SE MANTENHA A LEGALIDADE NESTE PAÍS, PARA QUE SE MANTENHA A ORDEM E PARA QUE NÃO VENHA O GOLPE CONTRA ESTA NAÇÃO"

## 1.1 – CAMPO DE EXPERIÊNCIAS DA POLÍTICA PARTIDÁRIA PÓS-1945

A dinâmica vigente na política pós 1945 caracterizava-se como, segundo Lucilia Almeida Neves Delgado: “Uma fase da trajetória nacional brasileira que, apesar das inúmeras contradições que a marcaram, encontrou na efervescência da vida partidária uma efetiva contribuição para a ampliação da prática democrática”<sup>14</sup>. Ou seja, é o período em que gradativamente se fortalecia a democracia com um sistema pluripartidário. Em 28 de maio de 1945, foi publicado o decreto lei que ficou conhecido como Lei Agamenon, a qual tornava obrigatório o caráter nacional das agremiações partidárias. Permitindo maior controle dos poderes políticos locais, pois a estruturação dos partidos em nível estadual nutria as oligarquias regionais.

Dentre as agremiações que se organizaram a partir da referida lei, três ocuparam o espaço público de forma mais destacada, a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Enquanto os dois últimos representaram em grande parte do período tratado o getulismo. A UDN sustentou-se, fundamentalmente no anti-getulismo.

O PSD caracterizava-se como sendo o principal aliado do PTB e pelo pragmatismo e, contrariamente ao partido trabalhista, possuía bases sociais mais diversas. Reuniu em seus quadros os interventores do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e representantes das oligarquias estaduais. Para Motta:

(...) o PSD tinha posturas mais pragmáticas, mais flexíveis evitando adotar posições doutrinárias rígidas. Esta opção se adequava melhor a outra característica importante do pessedismo, a constante predisposição a negociar com as diversas correntes de opinião. É esta a principal razão para o fato dos pessedistas terem sido considerados as “raposas” da política brasileira.

---

<sup>14</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia*. IN FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p. 143

Apresentavam grande habilidade e malícia para costurar alianças e acordos, utilizando-se para tanto de seu pragmatismo.<sup>15</sup>

Então o PSD atuando com as características colocadas anteriormente, foi o partido que passou de, durante os primeiros anos da democracia pós-45, principal aliado dos trabalhistas, para ao início da década de 1960, ser ao menos em parte, aproximando-se da UDN, principalmente no parlamento e quando havia a necessidade de defender a ordem latifundiária vigente. Tal movimento foi possível devido a aproximação do PTB com os comunistas e o apoio a reforma-agrária, o que ia de encontro aos interesses da base de origem oligárquica do PSD.

A UDN foi articulada a partir da oposição ao Estado Novo e pautou sua participação na política pelo combate ao getulismo e aos seus legados. Possuía um perfil urbano, de forma que mantinha ligações com o empresariado e com as classes médias das cidades, além de ter um perfil liberal que rendia críticas ao intervencionismo estatal e ao nacionalismo econômico. Todavia, a postura democrática era viável aos udenistas apenas quando o resultado dos pleitos lhes convinham e para criticar as tendências autoritárias dos nacionalistas e da esquerda, pois quando lhes interessava conspiravam com setores das forças armadas, como coloca Lucilia Neves Delgado:

Tanto no pleito de 1950 quanto no de 1955, inconformados com os resultados que não a favoreceram, a UDN tentou impugnar as eleições, alegando que os candidatos vitoriosos não haviam alcançado maioria absoluta dos votos, requisito esse que não estava previsto pela legislação eleitoral do Brasil. A UDN, durante esses acontecimentos, já deixava despontar certa orientação antidemocrática, que se exacerbava em momentos históricos subsequentes, como nas conjunturas da renúncia de Jânio Quadros à presidência da República em 1961 e no contexto que antecedeu o golpe de estado de 1964.<sup>16</sup>

A UDN apresentava uma postura doutrinária liberal, criticava o intervencionismo estatal, posicionava-se a favor dos investimentos estrangeiros e á entrada de capital externo, a manutenção de tal postura ao entrar em choque com a crescente opinião nacionalista lhes rendeu a alcunha de entreguistas.

---

<sup>15</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1999. p.104

<sup>16</sup> DELGADO.op.cit. p.145



O PTB era considerado como a agremiação mais fortemente getulista, suas bases iniciais foram formadas dentre as classes trabalhadoras sindicalizadas e também junto aos funcionários públicos que faziam parte do Ministério do Trabalho. A fundação de tal agremiação buscava tanto defender a legislação trabalhista na nova ordem democrática, quanto servir de resguardo ao crescimento do PCB junto a classe operária.

O Partido Trabalhista Brasileiro, segundo Delgado, foi um dos partidos que mais cresceu nos anos em que houve a vigência da democracia pluripartidária. Tal crescimento ocorreu devido, principalmente, a sua definição partidária programática que colocava as questões de cunho social como sendo prioritárias o que lhes deu credibilidade junto à população trabalhadora tanto urbana quanto rural.

O PTB foi o principal aliado do PSD durante grande parte do período 1945-1964, contudo, após a crise de 1954 o partido trabalhista começou a apresentar um trabalhismo de caráter menos personalista, segundo Delgado:

Aprofundamento de ênfase, que levou o PTB a caminhar liberando-se de um trabalhismo marcadamente getulista para um trabalhismo menos personalista e mais reformista, provocou uma rearticulação no espectro das alianças do partido. Por um lado, sua ligação com o PSD perdeu a força motriz do laço inicial que unia as duas agremiações getulistas.<sup>17</sup>

Ao mesmo tempo que ocorria o afastamento dos antigos aliados, os trabalhistas passaram por um processo em que a oposição aos velhos adversários, comunistas, pela atenção da classe operária, ia se dissipando ao passo que ambos os apresentavam alguns interesses em comum. Tais projetos que compartilhavam os dois grupos possuíam cunho reformista, de impacto econômico social:

Por outro lado, sua posição inicial ao PCB foi se transformando em aproximação e muitos militantes comunistas chegaram a utilizar-se da legenda trabalhista para concorrer a cargos eleitorais. O acolhimento dos militantes do PCB traduzia uma nova realidade, mais profunda e significativa em relação a um projeto para o Brasil. Trabalhistas e comunistas compartilharam, mesmo que conjunturalmente, alguns objetivos. Entre eles destacaram-se projetos reformistas de forte impacto social e econômico e propostas nacionalistas que completavam o elenco dos objetivos reformistas.<sup>18</sup>

Enfim, os partidos que formaram as bases do poder político no período democrático pós-45 nasceram basicamente, em torno da figura de Getulio Vargas, que influenciou de forma significativa o PTB e o PSD, agremiações que foram seu legado político para suas

---

<sup>17</sup> DELGADO. op. cit. 141

<sup>18</sup> Ibid. p. 144

bases eleitorais, as quais estavam presentes tanto no ambiente urbano com a classe operária, quanto a partir dos interventores do derrotado Estado Novo e segmentos da classe média urbana e integrantes das oligarquias estaduais. Enquanto dois dos principais partidos do período sustentavam o legado de Vargas, um dos principais objetivos da UDN era combater tal herança. No entanto, ao início da década de 1960, contexto que interessa ao presente trabalho, a sustentação da ordem partidária encontrava-se ameaçada, pela aproximação de um dos seus integrantes (PTB) aos comunistas, em uma conjuntura de guerra fria na qual o anticomunismo crescia na sociedade e assustava fração dos parlamentares, pois tal aliança ocorre devido a interesses comuns em relação aos projetos reformistas de cunho social e econômico.

De 1945 a 1964 sucederam-se quatro eleições para o Poder Executivo Nacional e cinco para o Poder Legislativo, nas quais ficou explícito processo histórico eleitoral desta fase, que traduzia as transformações econômicas e sociais pelas quais a nação passava naquele momento. Segundo Delgado por meio das alianças que se formavam a cada novo contexto eleitoral houve o arranjo e desarrajo das forças políticas no palco da vida nacional, além de explicitar as posições dos candidatos e de seus partidos frente às transformações do país.<sup>19</sup>

As manobras as quais ocorreram no palco da política nacional do período tratado se desenvolvem ao passo dos interesses de cada grupo que essas agremiações representam. Para manter a mobilização, necessária para conservar o poder político delegado a esses partidos pelas classes que se veem representadas em suas posições, as agremiações devem responder aos interesses, não só dos representantes que se encontram nas instituições parlamentares, mas também dos grupos sociais os quais representam. Pois a sociedade civil brasileira se apresentava cada vez mais a participação na vida política da nação:

Foi uma conjuntura de ampliação da participação cidadã. Foi também uma conjuntura de franco crescimento de múltiplas formas de organização social e política, tanto no espectro da sociedade civil, como no interior do aparelho de Estado. Na verdade, naqueles anos, a principal mudança no campo da política ocorreu através de um forte movimento de ampliação da cidadania, traduzido pela presença – nos embates próprios a democracia – de sujeitos históricos até então usualmente tolhidos em suas iniciativas de se inserir no processo participativo. Iniciava-se um efetivo movimento de ruptura com a tradição histórica brasileira, consolidada em torno da prática da exclusão dos segmentos menos favorecidos da população do país. Tradição essa, na maior parte das vezes, caracterizada pela prática de cooptação e da coerção em resposta às tentativas desses sujeitos históricos de levantarem suas vozes e lutarem por seus direitos.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> DELGADO. op. cit. 145

<sup>20</sup> Ibid., p. 147

Enfim a política brasileira no período em que ocorreu a crise da renúncia de Jânio Quadros apresentava alterações na estrutura de poder e de disputa política que predominou durante os treze primeiros anos do regime democrático pós 1945. Como colocado anteriormente, alguns setores dos dois principais aliados do período (PSD e PTB) começam a se afastar devido a existência de interesses antagônicos, principalmente em relação às questões dos processos reformistas que encontravam-se em voga na sociedade.

A eleição de 1958, da Câmara dos deputados, resultou em uma composição de 35,3% de integrantes do PSD, 21,5% da UDN, 20,2% pelo PTB, 7,7% pelo PSP (Partido Social Progressista) além de 15,3% de outros partidos<sup>21</sup>. Então, quando ocorreu a eleição de Jânio Quadros com o apoio da UDN, a Câmara dos Deputados estava composta em maior número por integrantes do PSD e do PTB. Quando houve a renúncia do Presidente da República, esse grupo percebeu a possibilidade de retornar ao topo do poder com a posse do vice-presidente a qual, no entanto é ameaçada pelo veto dos ministros militares, o que dá ignição à crise.

## 1.2 ALÉM DO PARTIDO, AS FRENTES PARLAMENTARES

No período estudado houve a ação de duas Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados, a Ação Democrática Popular (ADP), e Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Tais formas de organização suprapartidárias, onde os políticos se filiavam sem perder o vínculo com seus partidos originários, existiam devido a crescente polarização da sociedade para que fosse possível defender ou se contrapor a determinados projetos.

A ADP foi criada no primeiro semestre de 1961, com a finalidade de opor-se ao crescimento das tendências nacionalistas e combater a expansão da ideologia comunista junto á sociedade brasileira, seus integrantes eram provenientes, principalmente, de partidos como a UDN, o PR e alguns setores do PSD que haviam se afastado do PTB. Segundo Lucília Delgado:

Instalada inicialmente na Câmara dos Deputados, ampliou sua atuação com grande rapidez para diferentes estados da federação brasileira, combatendo de maneira uníssonas, o reformismo, o nacionalismo e a ameaça comunista.

Suas principais bandeiras eram: defesa intransigente da iniciativa privada, apoio incondicional aos investimentos estrangeiros no Brasil e defesa de princípios liberais.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup>MOTTA, op. cit.104.

<sup>22</sup>DELGADO op. cit. p 150

Na 152ª sessão da Câmara no dia 25 de setembro de 1961 o Deputado Munhoz da Rocha do PR se pronuncia, embora afirme que não pode fazê-lo com absoluta fidelidade em relação a posição da ADP no que diz respeito a situação do país naquele determinado período. Contudo, no momento de sua declaração ainda não havia sido comunicada à Câmara pelo Deputado Dirceu Cardoso a renúncia de Jânio Quadros. Munhoz da Rocha coloca que o bloco parlamentar do qual faz parte preza pela consolidação da estrutura democrática, além de criticar a qualificação de conservadores, segundo ele: *Conservantismo implica em suficiência e imobilidade. E imobilidade é a morte*<sup>23</sup>. Entretanto a principal discussão que aparece nesse momento e que leva a frente parlamentar aqui tratada a se manifestar é a postura que a política exterior do Brasil parece tomar em relação aos países que adotam o regime comunista, declarando que a ADP possui sim um caráter contra revolucionário e que sempre se manifestará pela a manutenção do regime vigente.

A Frente Parlamentar Nacionalista atuou a partir de 1956 e representou, dentro do Congresso Nacional, a opção nacionalista de alguns segmentos da sociedade civil, também apresentava como característica a pluralidade ideológica de seus integrantes e apoiadores. A principal referência que os unia era a defesa do nacionalismo e havia a hegemonia de parlamentares recrutados nos quadros do PTB<sup>24</sup>.

Enfim, durante os dias que se sucederam a renúncia de Jânio Quadros apenas duas vezes uma das Frentes Parlamentares foi citada, no caso a ADP, primeiramente na situação colocada anteriormente onde o Deputado Munhoz da Rocha faz declarações sobre a orientação da Ação Democrática Popular a respeito da situação do país, porém, quando ocorre tal manifestação os parlamentares ainda não haviam entrado em contato com a carta de renúncia de Jânio Quadros e a discussão que estava em voga naquele momento era a reaproximação do Brasil com alguns países do bloco comunista. A segunda vez que a frente parlamentar aparece nos Anais da Câmara dos Deputados é no dia primeiro de setembro quando o Deputado Paulo Freire, que na época era integrante do PSP, comunica o seu desligamento da tal agremiação.

Então, as Frentes Parlamentares aqui citadas foram atuantes nos anos finais do período democrático pluripartidário pós-1945 e representaram disputas relacionadas às principais

---

<sup>23</sup>COGRESSO NACIONAL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Vol XIX 1961.p. 400

<sup>24</sup>DELGADO op. cit. p 151

questões que encontravam-se presentes na lutas políticas do momento, contudo a partir do momento em que o regime que permitia a existência de tais contradições é ameaçado, elas são deixadas de lado por um curto período de tempo para que os parlamentares possam agir no sentido da manutenção do jogo político. Portanto o que se apresenta como importante em relação a atuação das Frentes Parlamentares e sua performance na Câmara dos Deputados no período estudado é a sua ausência, devido principalmente à necessidade de lutar pela garantia do sistema que permitia que esses grupos existissem e se contrapusessem.

### 1.3 CRISES DO PERÍODO DEMOCRÁTICO E OS MILITARES

Durante o período democrático pós Estado Novo, houve ao menos duas crises políticas além da que é contemplada nesse trabalho a de 1954 e a de 1955 as quais encontram-se no campo de experiência dos parlamentares aqui estudados.<sup>25</sup> Por mais que alguns parlamentares pudessem não ter acompanhado as crises anteriores do período democrático aqui tratado, pois a experiência pode ser transmitida por gerações e por instituições devido ao fato de ser conservada a experiência alheia. Não obstante percebe-se pelos Anais da Câmara dos deputados, que a experiência das crises acontecidas anteriormente, no período democrático, encontra-se nos parlamentares, visto que são levantadas discussões sobre as soluções e as votações anteriores.

Outro aspecto presente no período democrático era a possibilidade da ocorrência de golpes militares, o exemplo que se encontra na Câmara dos Deputados é o golpe preventivo realizado pelo general Henrique Teixeira Lott, em novembro de 1955. O país havia passado pelo episódio da crise de 1954 que culminou com a morte de Getúlio Vargas, contudo durante o decorrer dos meses e com a proximidade das eleições presidenciais de outubro de 1955, o PSD lançou Juscelino que era visto como um getulista pelos udenistas e esquerdistas<sup>26</sup> como candidato a presidência. Juntamente a Juscelino encontrava-se João Goulart como candidato a vice-presidência, o que reforçava a aliança PSD-PTB e a fazia surgir como imbatível, principalmente por resgatar a obra de Vargas. Os adversários de Juscelino foram Juarez Távora pela UDN, Plínio Salgado pelo PRP, e Ademar de Barros pelo PSP.

<sup>25</sup> KOSSELECK. op.cit. 311

<sup>26</sup> FERREIRA, Jorge. *Crises da República: 1954, 1955, 1961* IN FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.316

Os grupos mais conservadores, representados, principalmente, por Carlos Lacerda, indagavam sobre as razões da permissividade dos chefes militares em relação à realização da eleição. A possibilidade da ocorrência de um golpe foi se desenhando, principalmente a partir do momento em que a vitória de Juscelino nas urnas foi confirmada. Portanto as movimentações a favor do golpe encontraram resistência em setores civis e militares e houve o contragolpe conhecido como novembrada, para Ferreira:

A tentativa de Golpe era clara e, certamente, pensou, haveria reação dos militares legalistas. A guerra civil era uma possibilidade. Determinado, telefonou para Denys. O comandante do I exército, por sua vez comunicou a decisão dos generais de intervirem no processo político, com a liderança do próprio Lott. Não se tratava propriamente de uma rebelião, disse Denys, mas sim do que os comandantes definiram como um contragolpe em defesa da constituição.<sup>27</sup>

Em seguida, contando com o apoio das forças do Exército localizadas em Brasília, Lott inicia a movimentação para realizar o contragolpe e frustrar as expectativas dos golpistas. A principal causa do sucesso de tal movimento foi a liberação das tendências nacionalistas nas Forças Armadas, onde comunistas e petebistas uniram-se a partir de março de 1956 na Frente de Novembro, que congregava tanto oficiais quanto sargentos. A organização possuía em Lott a figura central, enquanto o vice-presidente João Goulart era presidente de honra. Enfim a Novembrada trará a tona o círculo de influência das esquerdas dentro das forças armadas, o que acirrará a disputa e irá ferir as crenças, valores e códigos comportamentais inerentes às instituições militares<sup>28</sup>.

A possibilidade de ocorrência de um golpe esteve presente durante quase todo o período democrático. No entanto o maior cargo do executivo encontrava-se vago, e o sucessor constitucional apresentava como característica a aproximação com a esquerda. Em um período em que as Forças Armadas orientavam-se de forma a evitar a guerra revolucionária a qual acreditavam iria se espalhar pela América Latina a partir do exemplo cubano, segundo João Roberto Martins Filho, além das questões referentes a política internacional, a política brasileira se apresentava cada vez mais polarizada e as classes militares encontravam-se inseridas nesse contexto, as disputas internas passavam a ser explicitadas. Durante o início da

---

<sup>27</sup>O trecho citado é a continuação da descrição de uma reunião de cerca de 30 Generais na casa de Denys enquanto Lott estava só em sua casa refletindo em seu quarto sobre a situação.

<sup>28</sup>FERREIRA, op.cit.326

década de 1960 o agravamento da crise social e política auxiliou para a consolidação no meio militar da ideia de que a guerra revolucionária já havia começado<sup>29</sup>.

A situação colocada anteriormente apresentava mais um fator importante para o desencadeamento dos acontecimentos que se seguem à renúncia de Jânio Quadros, era a presença de uma facção da direita civil que conspirava a favor de golpes a cada crise política que se apresentava à nação, segundo José Murilo de Carvalho:

Não há dúvida de que havia uma conspiração de direita em andamento desde a renúncia de Jânio Quadros e a subida de Goulart, ou melhor desde 1954, quando Vargas, pelo suicídio, a derrotou.<sup>30</sup>

Para João Martins Filho, entre o fim do Estado Novo e o golpe de 1964 só houve calma nos quartéis durante os governos de Eurico Gaspar Dutra e Jânio Quadros, o restante dos presidentes da república enfrentaram agitações militares.<sup>31</sup>

Enfim, o período democrático pós Estado Novo apresenta diversos aspectos que, além de se encontrarem vívidos durante a crise da renúncia em 1961, faziam parte do campo de experiência dos Deputados presentes na Câmara no recorte temporal do presente trabalho. Tanto a dinâmica dos partidos políticos apresentados no primeiro subcapítulo, mostra como as orientações vão mudando conforme os interesses e necessidades de cada facção, por exemplo, a aproximação do PTB com o ilegal PCB e a tomada do projeto reformista como objetivo político, enquanto a ala do PSD ligada ao latifúndio aproxima-se das tendências Udenistas.

Entretanto, durante o período da crise de 1961 os discursos convergem para a legalidade e a busca de alternativas para a situação. Outro aspecto que não aparece durante a crise, devido ao seu fator desagregador, são as Frentes Parlamentares, como são organizações suprapartidárias que defendem projetos distintos, os quais foram deixados de lado durante o tempo em que o jogo político encontrava-se ameaçado pela iminência de um golpe. Por fim há também a possibilidade da tomada de controle do poder político por parte dos militares, o que é iminente durante todo o período democrático e representa uma ameaça real e já

---

<sup>29</sup> MARTINS, João Roberto filho. Forças armadas e política, 1945-1964: a ante sala do golpe. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 111

<sup>30</sup> CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2005.p. 121

<sup>31</sup> MARTINS op.cit. 116

conhecida dos parlamentares que se encontrava não só em seu campo de experiências, mas também era vislumbrada como um horizonte de expectativas.

## 2 "CONGRATULO-ME COM A NAÇÃO. O SENHOR JÂNIO QUADROS FEZ O QUE DEVIA FAZER"

A candidatura de Jânio Quadros foi pelo pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN), mas endossada por um dos partidos que fazia parte do conjunto das três principais agremiações que dominavam a democracia brasileira. A UDN, enfrentou Henrique Teixeira Lott, candidato representante de outros dois importantes partidos o PSD/PTB, que havia coseguido eleger os presidentes anteriores. Enfim, a vitória do candidato apoiado pela UDN representou uma pequena rotação no eixo político brasileiro. Contudo, as eleições permitiam a escolha de um candidato ao cargo de presidente separadamente ao de vice-presidente, e o eleito para tal cargo foi João Goulart, o candidato adversário. Entretanto, não foi apenas a questão citada anteriormente que minou o governo de Quadros.

A campanha do candidato apoiado pela UDN foi baseada em críticas moralistas que tratavam da corrupção, da ineficiência burocrática e chegava a tocar na questão da injustiça social<sup>32</sup>, então, durante o mandato, segundo Figueiredo:

Durante seu mandato, Quadros manteve um governo personalista e suprapartidário, e implementou políticas controversas e contraditórias que provocaram cisões no principal partido que o apoiava, a UDN, e conflitos com o Congresso. Quando sete meses após ter assumido a presidência, apresentou sua renúncia, todos os partidos políticos aceitaram-na prontamente.<sup>33</sup>

Portanto, no presente capítulo serão trabalhadas brevemente as questões que, não só levaram Jânio Quadros a renunciar, mas também as que levaram o Congresso a aceitar tal situação que colocou em risco a continuidade dos trabalhos da própria Câmara dos Deputados. Trabalho também com os acontecimentos presentes nas datas referentes ao recorte temporal que são citadas nos Anais da Câmara, considerando de que forma esses fatores são analisados e discutidos dentro de tal casa do Congresso Nacional.

---

<sup>32</sup> FIGUEIREDO.op.cit.p. 35

<sup>33</sup> Ibid. p. 36



## 2.1 JÂNIO NO PODER

Quando Jânio Quadros foi escolhido presidente não houve eleições para o Senado e Câmara, pois essa havia ocorrido em 1958 e na segunda casa do Congresso citada o Presidente não contava com muito apoio, visto que a maioria dos parlamentares eram seus adversários<sup>34</sup>. Então, o presidente eleito em 1960 assume seu cargo sem contar com a maioria de partidários nas casas do Congresso Nacional. Além de encontrar-se em situação de desvantagem como colocado anteriormente, Jânio Quadros procurou esvaziar a importância do parlamento para a política brasileira, segundo Felipe Pereira Loureiro<sup>35</sup> Jânio manobrou para que o Congresso tivesse sua legitimidade política diminuída diante da opinião pública.

As atitudes que Jânio Quadros apresentou logo em seguida à sua posse, a contundente crítica ao seu antecessor, além de apreciações moralizantes sobre a política do país, atingiu de forma negativa os parlamentares, tornando ainda mais complicada a situação do presidente em relação ao Congresso. Pois as presidências das casas do parlamento podem estabelecer prioridades para a votação de projetos além de poder trancar pautas. Segundo Loureiro, um presidente que começa o mandato sem líder parlamentar e que realiza um discurso de críticas enfáticas ao governo anterior, sabendo que o Congresso Nacional é formado em sua maioria por opositores, não aparenta a intenção de obter apoio para as eleições das Mesas no Congresso. Além do que durante o segundo dia de trabalho Quadros iniciou sindicâncias com o objetivo de investigar irregularidades em órgãos governamentais na administração anterior sem consultar o poder Legislativo<sup>36</sup>. A reação de Jânio às reclamações diante de tal processo que diminuía a legitimidade do poder Legislativo diante do poder Executivo, segundo Loureiro:

A primeira declaração presidencial quanto às articulações do Legislativo contrárias às sindicâncias ratificou ainda mais o descaso de Jânio para com o Congresso: "Que estão pensando? Pois irei aos comícios pedir apoio do povo". Iniciava-se aqui, por meio de declarações referenciadas à "vontade popular", um sistemático processo de deslegitimação do Congresso Nacional feito pelo Executivo perante a opinião pública. A suposta ineficácia parlamentar no que se refere à aprovação de leis era contraposta, por Jânio, à justificável necessidade de o próprio povo falar por si nos momentos em que o presidente não obtivesse sucesso em seus intentos legislativos. Essa abordagem compunha, na realidade, um desenvolvimento da argumentação

<sup>34</sup> MOTTA. op.cit. p104

<sup>35</sup> LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 29, n. 57, - <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882009000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100008&lng=en&nrm=iso)>

apresentada no discurso da posse, em que o presidente assinalou a necessidade de se "multiplicarem os órgãos da mecânica democrática", que já havia irritado a muitos congressistas. A continuidade desse discurso traria duas conseqüências: em primeiro lugar, um distanciamento cada vez maior entre os poderes Executivo e Legislativo, visível por meio da oportuna utilização, por parte dos congressistas, das atitudes de Jânio como símbolos de um suposto "autoritarismo" presidencial, o qual só poderia ser saneado, segundo os legisladores, mediante o fortalecimento das prerrogativas parlamentares; e, em segundo lugar, pela criação de mecanismos de defesa contra essas atitudes do Executivo por parte do Congresso. A convocação extraordinária do Parlamento durante o recesso de fevereiro de 1961, mantendo-o sob "vigília" - segundo as palavras do presidente do PSD, Amaral Peixoto -, representa uma dessas ações defensivas.

Todavia a política janista no início do mandato acabou por desarticular as ações entre os poderes Executivo e Legislativo, nos meses finais Jânio aproxima-se da bancada adversária, PSD e PTB, e sinaliza de forma favorável a possibilidade de articulações juntamente ao Congresso pelas regras democráticas. Em relação às reformas econômicas, elas ganharam maior destaque desde o início de junho, e no mesmo mês o presidente da República enviou ao Congresso um projeto sobre a limitação da remessa de lucros ao exterior, além de a Política Externa Independente (PEI) ganhar força e serem enviadas três missões diplomáticas para fechar acordos comerciais com países do leste europeu e a recepção de uma delegação soviética e a reafirmação da defesa da autodeterminação de Cuba<sup>37</sup>. Tais fatores permitem que surjam tensões entre o presidente e os parlamentares conservadores, muitos da UDN, partido da base de apoio de Jânio Quadros, que além de não pactuar com a aproximação do Brasil com os países do leste também discordava da tendência reformista.

Quando Janio Quadros venceu a eleição encontrava-se em uma situação desfavorável de governo onde, além de seu vice-presidente ser da oposição, o Congresso Nacional encontrava-se formado, em sua maioria, por seus adversários. Além da situação pré-estabelecida apresentar-se de forma desfavorável a Jânio, as decisões que tomou tornaram a conjuntura praticamente insustentável para o presidente. No entanto a condecoração do revolucionário argentino Ernesto "Che" Guevara com a Grã Ordem Cruzeiro do Sul tornou o momento mais hostil para a imagem de Jânio Quadros entre seus partidários. O golpe final na possibilidade de continuidade do mandato ocorreu após a denúncia do então Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, sobre uma reunião com o Ministro da Justiça Pedroso Horta sobre

---

<sup>37</sup> LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 29, n. 57, - <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882009000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100008&lng=en&nrm=iso)>

a intenção de Quadros de perpetuar, com ajuda de seus ministros militares, através de um possível golpe de estado.

## 2.2 O GOVERNADOR DA GUANABARA

O que estava em discussão na Câmara dos Deputados no dia 25 de agosto de 1961, antes da leitura da carta de renúncia, além da problemática política externa incentivada por Jânio, era denúncia do Governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, sobre a possibilidade de ocorrer um golpe perpetuado pelo então presidente da República auxiliado pelos seus ministros militares, como descrevem Markum e Hamilton:

De acordo com Lacerda, o ministro da justiça perguntou se o governador havia falado com o brigadeiro Grün Moss, ministro da Aeronáutica, sobre a possibilidade de participar de um movimento para fortalecer o Executivo – já apoiado pelos Ministros da Marinha e do Exército – e voltou a lhe pedir cópia dos artigos escritos pelo governador depois do suicídio de Vargas em que defendia a necessidade de um regime de exceção. Horta teria dito que aquele momento exigia o mesmo tipo de atitude, levando Lacerda a reagir com indignação: “Mas vocês estão loucos? Por que isso? Preciso falar com o Jânio. Isto é uma loucura, e é inadmissível”.<sup>38</sup>

Se tal conversa ocorreu da forma como descrita, não nos interessa no presente trabalho, o que está em questão é que a decisão de denunciar a suposta conspiração tomada por Carlos Lacerda provocou a ignição da crise que culminaria com a renúncia do presidente. Contudo a versão do governador da Guanabara não foi muito bem aceita, e a Câmara dos Deputados resolveu convocar os envolvidos na denúncia para o esclarecimento dos acontecimentos, o parlamentar Paulo Freire do PSP ao colocar a fama de agitador de Carlos Lacerda, e descrever de forma breve como sentia a intranquilidade da situação política do Brasil:

“Não me refiro a V. Exa. Se o Sr. Carlos Lacerda continua, agora numa posição muito melhor para agitar, que é o Governo da Guanabara, o mesmo homem, ninguém neste país, em sã consciência, pode negar que o Sr. Presidente da República tem contribuído também essa intranquilidade e para essa agitação”<sup>39</sup>

Enfim, horas antes de receberem oficialmente a notícia de que o presidente da República havia renunciado, os Deputados já encaravam a situação do país como “intranquila” principalmente devido à aproximação aos países do Leste europeu. Então, quando Carlos Lacerda foi à mídia de seu estado denunciar a conspiração, as discussões em

<sup>38</sup> Logo em seguida na mesma obra consta que na noite do dia 25 de agosto o, então ex-ministro, Horta desqualificou a acusação ao afirmar que : “ Se conspirado estivesse, jamais chamaria para participar dessa conspiração um homem que é conhecido como o maior boquirroto do país”. (MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. 1961. *Que as armas não falem*. São Paulo: Senac, 2001. p. 72)

<sup>39</sup> CONGRESSO NACIONAL, *Anais da Câmara dos Deputados*. 1961. vol XIX p. 416

relação à manutenção do regime já estavam em pauta, contudo se referiam a uma possibilidade um tanto quanto remota de revolução comunista. A partir da denúncia, há a possibilidade mais concreta de que o regime esteja ameaçado, e o pior, com o auxílio do presidente da República. Portanto as circunstâncias se apresentavam de forma análoga do que se daria após a crise da renúncia, visto que na sessão anterior à do anúncio os parlamentares apelam para exigir das forças armadas uma resposta frente a essa ameaça.

Frente a tal conjuntura, os Deputados trabalham com a possibilidade de convocar, tanto o governador da Guanabara quanto o Ministro da justiça para prestar esclarecimentos sobre o ocorrido. O Deputado Miguel Bahury (PSD) faz o requerimento para que ambos os envolvidos nas denúncias sejam convocados e esclareçam a situação, contudo, a simples indagação não resolveria os problemas e não esclareceria as condições apresentadas, todavia, armada do discurso anticomunista a bancada da UDN defende, como coloca Feliciano Pena (PRE):

Senhor Presidente, Srs Deputados, apoiei o Sr Jânio Quadros, quando candidato à Presidência da República.

Embora não visse aquela época como não vejo agora, vantagens no reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia comunista, não julguei que este propósito do candidato justificasse uma radical modificação de minha atitude.(...)

Sempre lutei contra as violações das liberdades públicas e civis em nosso País e, por isso, não tolero o comunismo – a pior, a mais nefasta a mais asfixiante de todas as ditaduras.

Discordo pois do Sr Presidente da República e aproveito a oportunidade para significar ao Governador Carlos Lacerda o meu apoio à luta que, com a sua costumeira coragem e decisão, empreendeu para impedir que o comunismo se instale em nosso País com o seu cortejo de horrores como em Cuba<sup>40</sup>

Ou seja, as disputas na Câmara dos Deputados no mesmo dia da sessão que ocorreu o comunicado da renúncia de Jânio Quadros as discussões se pautavam com as mesmas características que possuíam durante todo o período democrático, contudo, o fato agravador da Guerra Fria os acontecimentos de Cuba colocaram a revolução na ordem do dia na América Latina, deixando os ânimos dos anticomunistas brasileiros exaltados. Enfim quando Jânio Quadros inicia o processo de aproximação comercial com os países do bloco comunista do mundo, parte de seus antigos aliados da UDN o execram juntamente às alas mais conservadoras do PSD, chegando a tal ponto que alguns parlamentares no dia 25 de agosto quando estão discutindo sobre a denúncia de Carlos Lacerda chegam a cobrar atitudes dos militares, o Deputado Último de Carvalho (PSD), que como veremos posteriormente irá

<sup>40</sup> CONGRESSO NACIONAL. *Anais da Câmara dos Deputados*. 1961. vol XIX.p. 454

apoiar, após a renúncia de Jânio Quadros, a posse de João Goulart e discursar a favor da manutenção da constituição, antes de ser comunicado da renúncia vai afirmar que:

De forma que quando um cidadão no dizer de muitos, agitador hoje porque foi agitador ontem, se coloca em defesa dessa área como o Sr. Carlos Lacerda, os democratas não podem olhar para o ontem (muito bem), têm hoje de olhar para o hoje, para o agora e para o amanhã e prestigia, não a atitude ontem, mas a atitude que S.Exa., o Governador toma hoje, uma atitude definida, posição pelo regime. E contrária justamente à posição que o eminente Presidente da República tomou e da qual nos dá conta o programa de televisão ontem do Governador Carlos Lacerda. É denuncia que em tempos outros abriria oportunidade a uma intervenção no Estado da Guanabara ou na República. Diante dessas declarações pergunto: onde estão as Classes Armadas?

Onde está esse gloriosos Exército brasileiro, esta Marinha, esta Aeronáutica, responsáveis por este regime? As Classes Armadas dormem, indiferentes a uma direção que o Sr. Presidente dá ao país<sup>41</sup>

Menos de dois dias depois de tal declaração, o Deputado Último de Carvalho ficaria ciente de que as Classes Armadas não estavam dormindo. O apelo às forças armadas, anterior à crise, não pode ser visto como contraditório. Pois o momento era de crise e a intervenção a que se refere o Deputado teria a finalidade de evitar que o jogo político fosse ameaçado. Ambos os lados apresentavam o discurso de defesa da ordem vigente, enquanto uns viam a ameaça comunista nos rumos do Brasil. Outros percebiam a possibilidade de seus adversários apoiarem um regime de exceção subvertendo a ordem democrática no intuito de protegê-la. Tal conjuntura coloca os ministros militares do lado que percebia no comunismo o grande inimigo. Os parlamentares não enxergavam explicitamente, até tomarem conhecimento do veto dos ministros militares à posse de João Goulart, a possibilidade de ocorrer um golpe de estado como uma ameaça palpável às suas garantias.

Então antes de haver o conhecimento que os ministros militares não permitiriam ao sucessor presidencial assumir o cargo, os Deputados não teriam pudor em se aliar aos militares se isso fosse necessário e não lhes tirasse a possibilidade de manter-se no jogo político. Além do que a última experiência de um golpe que tivera sucesso foi o golpe preventivo da “Novembrada”<sup>42</sup>, comandado por Henrique Teixeira Lott e que permitiu a posse do presidente eleito e teve o apoio de Denys, indivíduo que era Ministro do exército no episódio da crise da renúncia.

### 2.3 – O VETO MILITAR

<sup>41</sup> CONGRESSO NACIONAL, *Anais da Câmara dos Deputados*. 1961.vol XIX. p. 418

<sup>42</sup> FERREIRA. op.cit. 315

As primeiras declarações encontradas logo após a leitura da carta de renúncia já apresentam referências sobre a possibilidade de intervenção das Forças Armadas na política, além do que mostram que os Deputados aceitam a renúncia de Jânio Quadros e passam a especular sobre quais seriam as “forças terríveis” que levaram o presidente a cometer tal ato e as quais não ficaram identificadas na carta. Por mais que as manifestações já mostrassem certa apreensão no primeiro dia da renúncia, o que ocorreu foi a afirmação de que havia um sucessor constitucional que, pelo vice-presidente encontrar-se fora do país, seria provisoriamente o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili.

Após a apresentação da situação para a Câmara, praticamente todos os apartes, desde os Deputados mais conservadores da UDN e do PSD, aos do PTB, concordaram com a sucessão constitucional, e o apelo de auxílio às Forças Armadas mudaram de sentido. De possível interventor a apenas protetor do regime. As manifestações que tocaram no assunto dos militares encontraram-se na maioria das vezes recheadas de adjetivos e elogios e afirmavam que elas conheciam seu papel na democracia, a partir desse ponto não há mais citações da ameaça de golpe até a carta de Lott e a notícia de sua prisão. Todavia a situação se definiu melhor a partir do momento em que os ministros militares tornaram público o seu veto à posse de João Goulart.

Nesse primeiro momento não estava identificada de forma explícita a possibilidade de intervenção, embora o fantasma dos golpes pairasse sobre a democracia brasileira praticamente desde o início do período democrático pós-1945. Então as manifestações na Câmara apresentam o sentido de afirmar a constituição e pedir calma às Forças Armadas, como coloca no dia 25 de agosto de 1961 o Deputado Almino Affonso:

O SR. ALMINI AFFONSO – A constituição prevê a hipótese. Sobe o Vice-Presidente da República. O Vice-Presidente não está no País, sobe o Presidente da Câmara (palmas).

O que não é possível é ficarem as Forças Armadas, sustadas, alarmadas, diante de um jogo de cartas que o País não tolera, não aceita, que é contrário a toda a sua tradição política.<sup>43</sup>

O primeiro indício de que a crise não se resolveria de forma tão fácil, foi o comunicado do Marechal Henrique Teixeira Lott alertando sobre as intenções dos ministros militares. As informações sobre a possível agitação no meio militar foram levadas a Câmara a partir do dia 26 de agosto, quando a informação de que aviões estariam sendo revistados por efetivos da Força Aérea com o objetivo de certificar-se que o até então Vice-Presidente não se

<sup>43</sup> CONGRESSO NACIONAL, *Anais da Câmara dos Deputados*. 1961. vol.XIX 1961. p. 478

encontrava realmente em território nacional<sup>44</sup>. Contudo, por mais que haja a aparência de que os Deputados estivessem a par dos acontecimentos correntes e que poderiam afetá-los, até a declaração dos ministros militares de que vetavam a posse de João Goulart, as informações chegavam ao plenário por via dos próprios parlamentares. Então até serem oficialmente comunicados as discussões eram feitas em cima de possibilidades e carregavam uma tonalidade diferente do que as discussões feitas após as notificações oficiais.

Enquanto as informações não eram confirmadas os Deputados citavam as Forças Armadas nos discursos, de forma a apelar para um passado de luta pela democracia e pediam para que os ministros militares respeitassem esse passado. Contudo após a notificação oficial do Veto, os discursos passaram a apresentar um caráter mais incisivo na defesa da manutenção do regime, mudando o apelo em relação aos militares, de pedir apoio para a manutenção da legalidade, para acusações de atentar contra a Constituição do Brasil.

No dia 27 de agosto o Deputado Eloy Dutra (PTB) ficou sabendo por meio de seu irmão, genro de Henrique Teixeira Lott que o Marechal tinha um manifesto à nação, o qual não conseguia divulgar devido a censura existente na mídia do Estado da Guanabara<sup>45</sup>, então, até o dia em que os ministros declaram suas intenções diretamente ao Congresso Nacional, as informações que chegavam aos Deputados eram provenientes da mídia, ou da denúncia de Lott. Na mesma data, o Deputado Ruy Ramos denuncia o Ministro da Guerra pelas possíveis ações no estado do Rio Grande do Sul<sup>46</sup>, que se não fossem descobertas teriam sido responsáveis pelo assassinato do Governador Leonel Brizola.

Contudo, como as informações chegavam de diversas fontes e por diferentes Parlamentares, o Deputado Mendes de Moraes (PSD) afirma que havia falado com Denys e que o Ministro da Guerra afirmava não ter nenhum conhecimento sobre a situação militar no Rio Grande do Sul e que não teria recebido telegrama algum do comandante do III Exército, Machado Lopes. Então, quando ocorrem as discussões no plenário da Câmara, há de se levar em conta que as informações têm proveniências diversas, portanto não existe a possibilidade

---

<sup>44</sup> Ibid. p. 567

<sup>45</sup> CONGRESSO NACIONAL. *Anais da Câmara dos Deputados*. 1961 vol XIX . p.763

<sup>46</sup> Ver MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. 1961. *Que as armas não falem*. São Paulo: Senac, 2001.

de os Deputados conhecerem o todo dos movimentos que iam gradativamente se formando em diversos setores da sociedade brasileira.

Todavia, o veto dos Ministros Militares à posse de João Goulart não surtiu o efeito desejado, ao contrário, possibilitou a mobilização dos partidos contra tal imposição, visto que no momento um regime de exceção apresentava mais perigos para o jogo político do que a posse de Jango. Devido ao fato de, apesar de apoiar a controversa política externa de Jânio Quadros o PTB de João Goulart não havia ainda passado pelo processo de radicalização o qual ocorreu nos anos seguintes à crise, sendo assim, ainda não alarmava de forma tão explícita os segmentos da sociedade civil e da classe política que preferiam ver o país passar por um regime de exceção do que por reformas.

Por fim, o Veto dos Ministros Militares frente à posse de Jango permitiu que se desenvolvesse um bloco parlamentar que continha partidos adversários com um objetivo, que poderia possuir significados diferentes para cada grupo político. No entanto a principal meta era manter os artifícios previstos na Constituição para resolver a situação pós renúncia de Jânio Quadros de forma a garantir a sucessão presidencial e não coadunar-se com os Ministros Militares e realizar a derrubada do presidente como estes esperavam que fosse feito, segundo Argelina Cheibub Figueiredo:

(...) Com esse intuito promoveram uma série de encontros. Um deles foi com o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, que era sucessor constitucional do presidente em caso de ausência do vice-presidente. Em outro encontro, com os líderes dos partidos, os ministros militares reafirmaram sua intenção de impedir Goulart de assumir a presidência.<sup>47</sup>

Enfim, por mais que os ministros militares houvessem tentado uma coalizão com o poder legislativo, essa não só não se concretizou como o Congresso Nacional passou a desaprová-lo e combater tal decisão sendo suportado por diversos setores da população. Como havia margem de negociação para os dois lados a solução foi encontrada, mas não sem antes mais alguns dias de apreensão em relação às possibilidades, tanto de um início de um regime de exceção, quanto de agressões militares reais.

---

<sup>47</sup> FIGUEIREDO. op. cit. p. 37



### **3 "VAMOS IMEDIATAMENTE ADOPTAR O REGIME PARLAMENTARISTA, COM O OBJETIVO DE EVITAR QUE A AVENTURA TOME CONTA DESTES PAÍSES"**

#### **3.1 RESISTÊNCIA E SOLUÇÃO**

A resistência ao veto militar ocorreu em diversos setores da sociedade brasileira, não se restringindo apenas à arena parlamentar a mobilização dos grupos nacionalistas e de esquerda foi, segundo Cheibub Figueiredo<sup>48</sup>, decisiva para impedir que o golpe se concretizasse. Apesar de a oposição à decisão dos Ministros Militares ter sido apoiada por grande parte dos parlamentares e estes é que votaram e, de certa forma, decidiram o futuro político da Nação vários fatores que podem ter influenciado o resultado da votação e minado a base de apoio dos militares golpistas. Acontecimentos como a campanha da legalidade do Rio Grande do Sul, a resistência do governador do Estado de Goiás e manifestações sindicais<sup>49</sup> entre outras, mostraram que parcela significativa da população repudiava a decisão de vetar a posse de João Goulart, além do que, no caso da campanha da legalidade, as Forças Armadas foram fragmentadas devido à existência de oposição interna explicitada principalmente depois do apoio do Comandante do III Exército ao Governador do estado do Rio Grande do Sul.

Enfim, a série de manifestações que ocorreram pelo Brasil influenciaram no decorrer e no desfecho da crise. No entanto as primeiras manifestações de Deputados, logo após a leitura da carta de renúncia de Jânio Quadros, já citadas anteriormente, começam a definir as posições que serão recorrentes na arena parlamentar antes mesmo da mobilização começar na rua. Além de que, o enfraquecimento dos ministros militares também ocorreu devido ao racha ocorrido nas fileiras do próprio exército e que iniciaram quase que imediatamente após a renúncia de Jânio Quadros:

Finalmente, e mais importante ainda, a tentativa dos ministros militares encontrou forte oposição nas fileiras das próprias Forças Armadas. O primeiro sinal de dissidência veio do influente oficial do Exército, o marechal Henrique Lott, candidato presidencial da coalizão PSD-PTB na eleição de 1960. (...) No dia seguinte à

---

<sup>48</sup>FIGUEIREDO.op.cit. p.46

<sup>49</sup>Ver MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. 1961. *Que as armas não falem*. São Paulo: Senac, 2001.

renúncia de Jânio Quadros, o marechal Lott encaminhou um pronunciamento a nação declarando que tomara o conhecimento da decisão do ministro da Guerra, Odílio Denys, “de não permitir que o atual presidente da República, Dr. João Goulart, entre no exercício de suas funções e, ainda de detê-lo no momento em que pise em território Nacional”<sup>50</sup>

Então, apesar de o repúdio ao veto militar ter sido unânime dentro do Congresso Nacional, de nada adiantaria para que não ocorresse o golpe se não houvessem outras mobilizações ocorrendo ao mesmo tempo no território Nacional. O contexto permitiu aos parlamentares terem acesso a certa margem de manobra que consentiu aventarem a possibilidade da aplicação do sistema parlamentarista como solução para a crise e também para a autopreservação dentro do jogo político.

A solução parlamentarista foi citada logo após a leitura da carta de renúncia, no entanto, não foi mais discutida dois dias que se seguiram à notícia. O projeto para a transição do regime para parlamentarista já tramitava nas casas do parlamento e havia sido apresentado por Raul Pilla (PL)<sup>51</sup>. O Deputado Mendes Gonçalves que apresenta a primeira fala sobre o parlamentarismo, apresenta a justificativa de que o parlamentarismo evitaria que a nação ficasse à mercê da “aventura”. Então, a mudança de regime seria como uma forma de assegurar que as decisões do presidente não pudessem afetar o país de forma a deixá-lo vulnerável, experiências recentes mostravam que as crises políticas pelas quais o país passava possuíam o início no poder Executivo, e a cada experiência a sombra golpista se apresentava cada vez mais materializada.

O parlamentarismo foi organizado de forma híbrida buscando acomodar os interesses dos grupos envolvidos na disputa, além do que algumas prerrogativas do presidente foram mantidas e as atribuições entre presidente e primeiro ministro se sobrepunham em alguns casos, de forma que as pertinências de cada cargo não estavam nitidamente definidas. Enquanto o primeiro ministro exercia o Poder Executivo, antes função do presidente, tinha como função propor projetos e o orçamento governamental, além de poder decretar estado de sítio e executar intervenção federal, o presidente, ainda poderia nomear todos os ministros no Conselho dos Ministros, vetar projetos de lei, entre outros. Contudo os atos do Presidente da República deveriam ser referendados tanto pelo ministro titular da pasta a que se referissem como pelo primeiro ministro<sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> FIGUEIREDO. op. cit p. 41

<sup>51</sup> Ibid. p. 47

<sup>52</sup> Ibid. p. 48

Enfim, a situação que se apresentava como risco à ordem democrática estabelecida pós-1945 levou à mobilização de diversos setores, tanto da sociedade civil como da classe política, e de setores militares nacionalistas para evitar que ocorresse o golpe. Além disso, tal mobilização apresenta a guerra civil como sendo percebida como possibilidade real<sup>53</sup>, o que ameaçava não só os adversários mas também a integridade do país, e o mais importante para o presente trabalho, as regras do jogo político.

### 3.2 – A LUTA PELA MANUTENÇÃO DO JOGO POLÍTICO

A conjuntura que se apresenta em agosto de 1961 expôs o jogo político a alguns riscos, começando pelo veto dos ministros militares em relação à posse de João Goulart que poderia se transformar em um golpe de estado, além da possibilidade aventada por setores da resistência da probabilidade de, caso João Goulart sofresse mesmo uma intervenção, ocorrer uma guerra civil, devido ao próprio racha que ocorreu nas fileiras das Forças Armadas frente à situação. Entretanto, ao mesmo tempo em que a resistência impunha uma possibilidade de rachar o país à existência de oposição aos golpistas de forma tão incisiva permitiu que a margem de negociação dos parlamentares fosse ampliada, possibilitando assim a apresentação do que seria uma solução democrática para a crise.

A movimentação que houve na Câmara dos Deputados foi unânime contra o veto, até mesmo os partidos mais conservadores, antes identificados com as tendências golpistas como a UDN, não aceitaram uma ruptura institucional, a movimentação dentro de tal casa do Congresso Nacional passa, no mesmo dia da leitura da carta de renúncia de Jânio Quadros, da discussão sobre a existência ou não de perigos da aproximação econômica do Brasil com países do leste europeu levada pelo projeto janista. Para complicar o quadro o vice-presidente, que já havia apresentado tendências esquerdistas, estava em viagem por países do oriente. No entanto, apesar de serem adversários da política de João Goulart, até os setores mais conservadores da Câmara não aceitaram a possibilidade de uma intervenção militar na política.

Enfim o discurso de legalidade encontrava-se em ambos os lados, uns apoiados pelo temor do comunismo e dos caminhos que o Brasil estava trilhando, enquanto outros reagiam defendendo a manutenção das regras constitucionais. Dessa forma houve a manifestação comum em relação à posse de João Goulart na Câmara dos Deputados, pois a possibilidade de um

---

<sup>53</sup>FIGUEIREDO. op.cit. p.44

golpe iniciar um regime de exceção e por fim às regras do jogo político vigente parecia muito mais plausível do que a ocorrência de uma revolução comunista no país, ou até mesmo a aplicação de reformas sociais.

A primeira reação dos parlamentares em relação às forças armadas foi o elogio das tradições democráticas do exército, felicitando por terem permitido ao Deputado Ranieri Mazzili assumir a presidência do país, mantendo assim, pelo menos em parte a ordem constitucional, visto que o sucessor direto não encontrava-se no país. Então, durante o início da crise, o apelo à manutenção da ordem democrática tem um caráter apreensivo, onde alguns parlamentares afirmam a confiança que têm nos militares em relação à constituição vigente. Tais manifestações são realizadas para a Câmara dos Deputados por políticos que fazem parte, tanto da UDN, quanto do PSD e do PTB.

O militar Menezes Cortês (UDN) no dia 25 de agosto coloca que:

o pensamento das Forças Armadas, síntese do próprio povo brasileiro e espelho de nossa democracia. Elas não se compõem de castas: nelas não se medram as prevenções de raça ou de religião e nas grandes crises nacionais têm refletido os mais nobres sentimentos populares. Assim foi no passado e o é no presente. Nesta hora, elas saberão encarar os acontecimentos dentro dos preceitos constitucionais para o cumprimento do dever de preservar a ordem pública e de defender as instituições democráticas.<sup>54</sup>

Na fala o deputado apela para as antigas realizações da instituição da qual faz parte em relação aos períodos de crise e, ainda recorre para a questão de que as forças armadas sabem o que devem fazer no momento que se apresenta como politicamente turbulento para que se mantenha a Constituição e preserve a ordem e ajam na defesa das instituições democráticas. Menezes Cortês foi aparteado pelo deputado do PSD Padre Vidigal<sup>55</sup>, que felicita a Jânio Quadros pela renúncia, porque segundo o parlamentar o ex-presidente havia agido corretamente ao perceber que não seria mais capaz de manter o Brasil de forma pacífica, tendo em vistas às atitudes tomadas em relação às aproximações que Quadros fazia com elementos da esquerda, entretanto o parlamentar concorda com seu colega em relação às forças armadas e afirma que o dever do Congresso nesse momento é confiar nos militares:

Cabe, neste momento, a nós, do Congresso, que somos realmente a essência da democracia, depositar todos a mais segura confiança nas Forças Armadas, no sentido de que elas, mais do que em outras circunstâncias, saibam cumprir o seu dever, na defesa da

<sup>54</sup> CONGRESSO NACIONAL. *Anais da Câmara dos Deputados*. 1961. vol XIX. p. 483

<sup>55</sup> Pedro Vidigal era de fato religioso, e é apresentado como Padre Vidigal nos Anais da Câmara dos Deputados

Constituição, na manutenção do regime. Deus guarde o Brasil e o regime. Sr. General, e, como prêmio da renúncia do Sr. Jânio Quadros, lhe conceda uma vida longa, tranquila e feliz.<sup>56</sup>

Eloy Dutra do PTB coloca a situação como de tranquilidade democrática em que o Congresso Nacional se portou com “altivez”, “ponderação” diante do episódio da renúncia, e fala da existência de forças econômicas das quais sem o apoio nenhum governador poderia exercer seu mandato por mais de três meses<sup>57</sup>, invoca o exemplo da morte de Getúlio Vargas como constatação do poder dessas forças, conclui que cabe ao poder desarmado, o Congresso Nacional, a responsabilidade de vigiar o regime constitucional, e acredita em um fim tranquilo para a crise sem mais tropeços e que a constituição será respeitada, e quando apartado por outro parlamentar do PTB, Croacy de Oliveira, afirmando que se caso isso (a resolução pacífica da crise) não acontecesse, Eloy Dutra afirma: “Acreditamos na dignidade das Forças Armadas”<sup>58</sup>.

Na continuidade Croacy de Oliveira afirma que se a Constituição não fosse respeitada era melhor todos os parlamentares fecharem o Congresso e ir para suas casas e preparar a revolução, pois segundo ele, enquanto as elites não sabem fazer a revolução de cima para baixo o povo algum dia irá fazê-la de baixo para cima. O deputado apresenta um discurso combativo, é um dos poucos no plenário que acha legítimo o apelo à violência caso a resolução da crise não tomasse caminhos constitucionais, entretanto ao fim de tais afirmações coloca que:

(...) Praza aos céus, entretanto, queira Deus que as Forças Armadas brasileiras inspiradas no seu passado democrático, nos seus exemplos de amor a democracia e de respeito à constituição, saibam respeitar esse direito sagrado que o povo tem, de fazer ascender à suprema magistratura do país o natural sucessor do Sr. Jânio Quadros<sup>59</sup>

Por fim, os primeiros discursos que citam, os militares fazem elogios e dizem ter esperanças em relação às ações das Forças Armadas no que diz respeito à crise de renúncia e a manutenção dos pressupostos constitucionais. Todavia tal postura demonstra uma forma de defesa, visto que a possibilidade de haver um golpe de estado esteve presente praticamente durante todas as crises do período democrático, e um golpe de estado colocaria em risco, não só a sucessão presidencial, mas também abriria precedentes os quais alterariam as regras do

<sup>56</sup> CONGRESSO NACIONAL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Vol XIX 1961. p. 483

<sup>57</sup> *Ibid.* p. 566.

<sup>58</sup> *Ibid.* p.567

<sup>59</sup> *Ibid.* p. 567

jogo político, ameaçando assim seus participantes. No entanto, em um segundo momento, a partir do conhecimento geral dos deputados, em relação a decisão dos ministros militares de não permitirem a posse de João Goulart, a forma dos parlamentares de se dirigirem a algumas autoridades militares muda, de discursos que falam da instituição como um todo e invocam o “passado democrático”, passam a dirigir-se em forma de denúncia que aponta os responsáveis pela situação, os ministros militares, sendo o mais citado deles Odílio Denys.

No dia 29 de agosto, Adauto Cardoso( UDN) caracterizou a mudança de atitude frente aos ministros militares, quando representou contra os mesmos e apresentou a mudança de discurso, acusando-os e à Ranieri Mazzili de:“(…) representação na forma da lei número 1079 de 10 de abril de 1950, cujo art. 13 item I estatui serem crimes de responsabilidade dos ministros de Estado os atos nela definidos ‘quando por eles praticados ou ordenados.’”<sup>60</sup> As acusações são de tentar mudar por violência a constituição federal, perpetrar crimes contra a segurança interna.

Portanto, a renúncia de Jânio Quadros se apresentou como a ignição de um processo que poderia tornar-se perigoso para o jogo político, como é perceptível já nas primeiras manifestações após a comunicação da renúncia na Câmara dos Deputados, porém a situação foi se agravando gradativamente conforme as notícias foram comunicadas aos parlamentares, de forma que a abordagem que os políticos fizeram do tema também se alterou ao longo da crise. Os primeiros apelos foram feitos de tal forma que buscaram invocar e elogiar o “passado democrático” das Forças Armadas, e transformaram-se, logo após a comunicação dos ministros militares de que não aceitariam que João Goulart assumisse o cargo de presidente, em discursos com o caráter de acusação.

Então, a luta pela manutenção do jogo político que levou os partidos adversários para o mesmo lado durante um curto período, nos dois primeiros dias, como colocado anteriormente, apresentam falas caracterizadas com elogios à instituição que seria, ao mesmo tempo, tanto sua principal adversária, quanto aliada<sup>61</sup>, para logo em seguida passarem a apresentar um tom de acusação. Por fim os deputados encontram, a partir da possibilidade de negociar que se apresenta, uma alternativa que já vinha sendo aventada no Congresso Nacional, e que permite a possibilidade de controlar as ações do Presidente da República sem

---

<sup>60</sup> CONGRESSO NACIONAL. *Anais da Câmara dos Deputados*. 1961. vol XX. p.71

<sup>61</sup>O racha nas fileiras das forças armadas foi um dos fatores permitiu que o apoio à decisão dos ministros militares não conseguissem suporte suficiente para que se perpetuasse de forma completa.

que uma intervenção fosse necessária. A crise se desenrolou de forma que a luta pela manutenção da sucessão constitucional tornou-se importante devido à ameaça que uma intervenção dos militares na política também representa perigo para a continuidade das regras vigentes do jogo político.

### 3.3 – A PRESERVAÇÃO E A SOLUÇÃO PARLAMENTARISTA

A emenda que propunha a implementação do regime parlamentarista já estava em discussão e foi apresentada pelo Deputado Raul Pilla (PL), e desde as primeiras falas após a comunicação na Câmara passa a ser uma possibilidade para que o jogo político não se encontre mais ameaçado, segundo Cheibub Figueiredo:

A mudança para o regime parlamentarista tornou-se a solução dominante. Faltavam aos ministros militares meios de impor a sua vontade. Nesse caso, diferentemente de golpes anteriormente bem-sucedidos, as elites políticas não questionavam a legitimidade do Executivo em assumir o cargo. À medida que a oposição crescia, dentro e fora das Forças Armadas, os ministros militares conscientes de seu isolamento político, tornavam-se interessados em uma solução pacífica – o que para eles significaria uma “saída honrosa”.<sup>62</sup>

Contudo, apesar da troca de regime ter sido a solução pacífica encontrada, apresentou-se também como a principal opção para os partidos conservadores, pois impedia não só o rompimento institucional, mas também mantinha o processo eleitoral, além de que também servia como uma forma de controlar a implementação de políticas contrárias aos seus interesses caso João Goulart assumisse<sup>63</sup>. Por mais que a alternativa parlamentarista tenha sido vitoriosa, mesmo não possuindo consenso total no Congresso, pois alguns parlamentares defendiam a posse estritamente constitucional, esse grupo constituía-se de alguns representantes do PTB e de adeptos do sistema parlamentarista pré-crise, os quais afirmavam que votar sob pressão seria dar um golpe na constituição.

A defesa do parlamentarismo durante a crise, não se restringiu apenas aos grupos de partidos conservadores, Elói Dutra do PTB de Minas Gerais afirma que apoia a alteração de regime, entretanto para o próximo quinquênio para que a constituição fosse respeitada no período de crise, como coloca o Deputado:

---

<sup>62</sup> FIGUEIREDO op.cit. p. 46

Acredito que a razão de toda essa crise decorre do regime presidencialista. Acredito que esta casa deve trabalhar com afinco para que, no próximo quinquênio, a emenda parlamentar seja adotada e possamos então viver num regime livre de impactos e emoções causados pelas renúncias ou pelo poder excessivo conferido ao Presidente da República. Acredito que a Nação esteja amadurecida, que não mais suporta golpes, bochinchos e badernas, pressões econômicas de grupos e pessoas que abalam o regime em que vivemos e a custo de muitos sacrifícios temos conseguido manter.<sup>64</sup>

Então, como é possível notar, a utilização do sistema parlamentarista como seguro para o jogo político não é aventado apenas por deputados de partidos conservadores, e a questão de se tratar a possibilidade de aplicar a emenda como solução para a crise também é criticada por Ultimo de Carvalho, que ao apartear Eloy Dutra afirma que:

Sobre a posse do eminente Presidente João Goulart não devemos fazer apreciações. É da essência do regime a sucessão, é natural a posse de Sua Excelência. Acho que devemos fazer votos para que o eminente Presidente João Goulart, ao assumir o governo constitua seu governo em base nacional, com um ministério da coalizão, de forma que todas as forças vivas da Nação sejam convocadas e participem do novo governo. Acho que nossa preocupação deve ser no sentido destes votos ao Presidente João Goulart, não quanto à sua posse, que implica a sobrevivência do regime democrático<sup>65</sup>

Enfim, ao fazer tal aparte, Ultimo de Carvalho (PSD) deputado conservador afirmou a defesa de uma solução constitucional. Portanto, em um primeiro momento a questão não girava em torno de como Jango poderia assumir, mas sim que ele deveria assumir com o objetivo de manter o jogo político, já fragilizado com a renúncia de Jânio Quadros e com as denúncias das intenções dos ministros militares. Então garantir a posse de João Goulart era essencial para a continuidade do regime.

Ao passo que a solução parlamentarista foi levantada por Dutra, este foi questionado por Paulo Freire (PSP), em relação à mudança de regime pois para o segundo Deputado tal alteração era impraticável por ser sinônimo de o Congresso Nacional dar um golpe nas instituições<sup>66</sup>. Ou seja, a afirmação de que apenas membros da esquerda rejeitaram a emenda que instituiu o parlamentarismo, e de que apenas membros dos partidos conservadores apoiaram a decisão da mudança de regime, é restritiva, pois, por exemplo,

<sup>64</sup> CONGRESSO NACIONAL, *Anais da Câmara dos Deputados*. 1961 vol XIX. p. 563

<sup>65</sup> *Ibid.* p. 563

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 554



Oswaldo Lima Filho (PTB) de Pernambuco, ao ler um comunicado do Deputado Aurélio Vianna Partido Socialista Brasileiro (PSB), afirma, apoiando-se no comunicado, que:

(...)Se houvesse nesta Casa dois votos pela emenda parlamentarista, juro aos meus pares que um será do comandante desta batalha, do homem que há mais de um decênio proclama ser o parlamentarismo a solução para a crise nacional e estar o presidencialismo emprestando a Nação – desta figura que o país todo respeita e admira, o nobre Deputado Raul Pilla (palmas); e o segundo será desde humilde Deputado por Pernambuco.<sup>67</sup>

Além de fazer a previsão, do apoio de Raul Pilla, Oswaldo Lima Filho afirma seu voto no parlamentarismo e posteriormente coloca:

(...) Sr. Presidente Srs. Deputados esta posição, na hora em que a tomei, sem consultar ninguém era deste humilde representante. Hoje tenho a alegria e transmitir à Casa que a consciência da crise nacional permitiu a vinte representantes do Partido Trabalhista Brasileiro se aliarem a mim dentro desta formulação. (Muito bem; palmas).<sup>68</sup>

Portanto, por mais que grande parte do PTB e da esquerda tenham se colocado contra a troca de regime de presidencialista para parlamentarista, e quase a totalidade de representantes conservadores apoiarem mudança, nenhum dos lados obteve totalidade pois além de resolver o impasse momentaneamente a emenda parlamentarista deixava o jogo político mais seguro, principalmente para aqueles para quem as mudanças bruscas não eram bem vistas.

Em relação aos antigos defensores do Parlamentarismo afirma Figueiredo:

A defesa de uma solução estritamente constitucional, ou seja dar o pleno poder presidencial para Goulart, permaneceu confinada a uma minoria. No Congresso, a ala esquerda do PTB e os representantes socialistas denunciaram o “golpe branco“. Defensores tradicionais do parlamentarismo, tal como Raul Pilla, o autor da emenda original, uniram-se aos representantes da esquerda para denunciar que a decisão para mudar o Regime estava sendo tomada sob pressão.<sup>69</sup>

No dia 1º de setembro Raul Pilla indica que em tal momento alegam que, até mesmo antigos defensores, a emenda parlamentarista é apenas um simples expediente. Contudo, o autor da emenda discorda, e afirma que a proposta já vinha sendo discutida e ganhava a cada votação mais adeptos :

Não se trata, pois, de simples expediente, senão de uma reforma profunda, que já havia muitos anos vinha sendo proposta e discutida e da qual o último

<sup>67</sup> Ibid. p. 501

<sup>68</sup> Ibid. p. 501

<sup>69</sup> FIGUEIREDO, op.cit. p. 47

projeto já vinha transitando por esta casa. Se além das suas virtudes intrínsecas e permanentes, a reforma veio a servir como remédio de ocasião, e gravíssima ocasião.<sup>70</sup>

Então, Raul Pilla votou a favor da emenda, e acreditava na solução apresentada como um remédio para a ocasião. Embora afirme também que pudesse, sem muita contradição, devido à pressão do momento votar contra, mas justifica sua ação de apoiar dizendo que o sistema parlamentarista é apenas um instrumento e que ele não poderia sacrificar, na situação do país, o bem comum em razão de algo que, segundo ele, é secundário. Sendo assim, como parlamentarista ele votaria contra, mas como estava pensando como cidadão votou a favor<sup>71</sup>.

Por fim, embora todos os partidos tenham rejeitado o veto da posse do Vice-presidente eleito, João Goulart, partiram do princípio de lutar pelos preceitos constitucionais, e dentro de tal conjuntura cada grupo agiu dentro de seu espaço. Então, os partidos políticos atuaram conforme esperava-se que o fizessem, seguindo a adesão fundamental que o jogo político exige de seus participantes. Ou seja, a maioria (há exceções, como apresentei anteriormente) dos integrantes de grupos pertencentes à partidos de esquerda apoiava uma solução estritamente constitucional com a posse de João Goulart acontecendo de forma direta, enquanto partidos mais conservadores apoiaram a saída, que por mais que tivesse sido votada sob pressão, lhes aprazia, pois garantia sua participação no jogo político pelo fato de que os defendia tanto do golpe militar que se apresentava a partir dos ministros, quanto das tomadas de decisões posteriores de João Goulart.

---

<sup>70</sup> CONGRESSO NACIONAL, *Anais da Câmara dos Deputados*. 1961. Vol XX. p. 372

<sup>71</sup> *Ibid.* p. 372

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, a renúncia de Jânio Quadros ocorreu após uma denúncia de Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara, de que o Presidente, juntamente ao Ministro da Justiça, Pedroso Horta, estariam conspirando para a realização de um golpe de Estado. Todavia, por mais que a renúncia pudesse ser tomada como arriscada, a primeira reação dos parlamentares foi afirmar a existência de um sucessor constitucional o qual deveria assumir assim que voltasse de sua missão em países estrangeiros. No entanto, a questão não se resolveria de maneira tão fácil, é perceptível entre os deputados da mesma forma que a apreensão frente a possibilidade da ocorrência de um golpe é também perceptível para os parlamentares, hipótese essa que se confirma com o veto dos ministros militares à posse de João Goulart.

Entretanto, a resistência ao veto dos Ministros Militares não se restringiu apenas à arena parlamentar, ocorreu também em diversos setores da sociedade brasileira, a mobilização dos grupos nacionalistas e de esquerda foi decisiva para impedir que o golpe se concretizasse. Não foi apenas entre os parlamentares que houve oposição à decisão dos Ministros Militares, essa decisão foi a mesma de diversos setores da sociedade os quais se mobilizaram e acabaram por minar as bases de apoio dos Ministros, e permitiram a expansão das possibilidades de negociação para que João Goulart assumisse. A situação dos favoráveis a interdição da posse de Jango se complica quando ocorre um racha no exército com o apoio de Machado Lopes, comandante do III exército, à Campanha da Legalidade de Brizola.

A alternativa levantada como solução pacífica para a crise política em que se encontrava o país, foi retirada de um projeto que já tramitava pelas casas do parlamento e era de autoria de Raul Pilla, foi a substituição do sistema presidencialista para o parlamentarista. Enfim, tal solução foi citada, como já colocado anteriormente, pelo deputado Mendes Gonçalves, logo em seguida a leitura da carta de renúncia de Jânio Quadros, contudo, antes que ocorresse o veto dos ministros militares, a proposta era para ser votada para a aplicação no quinquênio seguinte e não de forma extraordinária. A justificativa para o ato era a de que experiências recentes mostravam que as crises políticas que o país passava possuíam o início no poder executivo, e a cada experiência a sombra golpista se apresentava cada vez mais materializada, então, o regime parlamentarista seria uma forma de assegurar que as decisões do presidente não pudessem deixar o Brasil vulnerável à ameaça que os acompanhou durante o período democrático pós 1945.

A troca de regime, apesar de ter sido a forma pacífica de resolução da crise, foi também a opção que mais agradava aos partidos conservadores visto que impedia não só o rompimento institucional, mas também mantinha seguro o processo eleitoral. Por mais que a alternativa parlamentarista tenha sido vitoriosa, mesmo não possuindo consenso total no Congresso, pois alguns parlamentares defendiam a posse estritamente constitucional, esse grupo constituía-se de alguns representantes do PTB e de outros setores da esquerda.

Então, os Deputados Federais agiram no sentido da manutenção do jogo político durante a crise instaurada a partir da renúncia de Jânio Quadros devido ao perigo que a possibilidade de um golpe de estado cria ao romper com as instituições previamente estabelecidas, podendo, dessa forma, eliminar as regras e ameaçar os privilégios que os iniciados no jogo político têm frente à sociedade. No caso estudado o apoio para a solução encontrada não foi unânime dentro do Congresso Nacional, enquanto a rejeição ao veto dos Ministros Militares e a posição de que para que a democracia continuasse no Brasil era essencial a posse de João Goulart foram.

Enfim, a luta pela manutenção das regras do jogo político na Câmara dos Deputados seguiu a “adesão fundamental ao jogo”<sup>72</sup>, pois cada partido tomou as direções que suas características apresentavam no momento. Os integrantes de partidos de esquerda defendiam a posse estritamente constitucional pois, como era esperado, a posse de João Goulart com todos os poderes constitucionais os colocaria no mais alto cargo do Poder Executivo.

Enquanto isso os integrantes do Congresso que faziam parte de correntes conservadoras apoiaram a saída da crise por meio da emenda parlamentarista, que por mais que tivesse sido votada sob pressão, lhes agradava pelo fato de que garantia sua participação no jogo político porque os defendia tanto do golpe militar que se apresentava a partir dos ministros quanto das tomadas de decisões posteriores de João Goulart. Em relação aos defensores tradicionais do parlamentarismo que não concordaram de forma integral com a troca de regime, percebe-se que não é uma tomada de posições contraditórias, quando se compreende que o sistema a ser implantado iria ser posto a prova após dois anos com um referendo, e que apenas serviria como sistema de trava para os lados antagonistas.

Por fim, a arena parlamentar brasileira e as mobilizações sociais lutaram a partir da ideia-força professada de que a possibilidade de um golpe era iminente, em 1961 permitiram que a crise política fosse serenada por meio da troca de regime, o que manteve o funcionamento do jogo político e a atuação de seus participantes.

---

<sup>72</sup> BOURDIEU. op.cit p. 173

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Luis Moniz. *O 24 de agosto de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro: Melso, 1961.
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil(1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001, c1989.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2005.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? : alternativas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge. “ A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961: In idem *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- LABAKI, Almir. *1961: a democratização a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo; Brasiliense, 1986.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. *Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional*. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 29, n. 57, June 2009 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882009000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100008&lng=en&nrm=iso)>. access on 10 AUG. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882009000100008>

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro; Contraponto, 2006

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. 1961. *Que as armas não falem*. São Paulo: Senac, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1999.

PINHEIRO, Luiz Adolfo. *A República dos Golpes*. São Paulo; Best Sellers, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

**FONTES:**

COGRESSO NACIONAL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Vol XIX 1961

COGRESSO NACIONAL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Vol XX 1961

Disponíveis também em: [http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp)